



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

DIRETORIA GERAL

Protocolo

PROCESSO N.º



INTERESSADO: VEREADOR OLINTO DE ROSSI

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: REQUER FOTOCÓPIAS DE PARECERES EMITIDOS NO PROCESSO 40/78

INICIADO EM: 02.06.78

ARQUIVADO EM: 06.78

VISTO

maia

Encarregado do Protocolo

Este processo não pode ser encaminhado em mãos, nos diferentes tramites,
salvo em virtude de ordem superior.

Exmo. Sr.

Vereador CARLOS JOSÉ PERIZZOLO

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

NESTA

Olinto De Rossi, brasileiro, casado, da indústria, residente e domiciliado nesta cidade de Bento Gonçalves-Estado do Rio Grande do Sul, Vereador com assento nesta Casa, vem mui respeitosamente, requerer fotocópia dos pareceres emitidos no Processo nº 40/78.

Nestes Termos

P. e Espera Deferimento

Bento Gonçalves, 02 de junho de 1978

Vereador OLINTO DE ROSSI



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



O VEREADOR da Bancada do MDB e advogado, OLINTO DE ROSSI, encaminha requerimento à Câmara Municipal de Vereadores, requerendo a cassação do Vereador CARLOS JOSÉ PERIZZOLO, Presidente da Casa.

Estrêba sua argumentação, resumidamente, em dois aspectos distintos, a saber:

-a) O exercício cumulativo do mandato legislativo com a Diretoria Administrativa de Sociedade de Economia Mista de âmbito estadual, a VINOSUL S/A;

-b) Ser sócio de um escritório jurídico, e estar advogando em causas em que estão presentes interesses do Poder Municipal, inclusive em ações executivas fiscais, para cobrança de impostos municipais pela via judicial ou amigável.

Junta diversos documentos, (nenhum deles autenticado, embora se admita sua análise apenas para este parecer), a saber:

-Uma procuração outorgada pelo Município, para três bacharéis em Direito, com poderes de atuar, como litisconsortes, em ação possessória;

-Outra procuração, outorgada pela Prefeitura Municipal, para outros bacharéis que não o Vereador acusado;

-Outra procuração, outorgada por pessoa física, para ação que não se sabe, e em que consta o nome do Presidente da Casa;

-Diversos documentos comprovando aquilo que é público notório, qual seja o exercício cumulativo dos cargos de Diretor Administrativo da Vinosul com, simultaneamente, o de Vereador.

E o relatório. Passemos a analisar o mérito.

Art. 22 da Constituição Federal: proibição de acumulação de cargo e mandato.

Somos honrados a reconhecer que

sem qualquer sombra de dúvida, o Vereador Carlos José Perizzolo exerce, cumulativamente, o mandato de Vereador e o de Diretor da Central Vitivinícola do Sul-VINOSUL S/A, face as provas apresentadas e bastante conclusivas.

A disposição legal invocada está transcrita / com perfeição; é proibido, ao Vereador, exercer comissão ou emprego do Município, ou de entidade autárquica ou sociedade de economia mista etc. Mas, notem bem, emprego DO MUNICÍPIO. De Sociedade de Economia Mista, DO MUNICÍPIO. E a VINOSUL é entidade DO ESTADO.

Ademais, é princípio elementar do direito a / sobrepujança da Carta Magna a todas as disposições legais nacionais. Qualquer pessoa que conheça um pouquinho de leis sabe disso. E se não o souber, nem assim sua ignorância o justifica pois que a ninguém é lícito alegar a ignorância da lei.

E a Constituição Federal, pela badaladíssima Emenda Constitucional nº 6, de 4 de junho de 1.976 e que foi amplamente divulgado por toda a Imprensa, dá integral validade a situação enfrentada pelo Vereador Perizzolo, pois é expresso:

"Artigo Único: O artigo 104 da Constituição / Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.104 - O servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta / ou indireta, exercerá o mandato eletivo obedecendo as disposições deste artigo.

§ 3º - Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz júz.....

§ 5º - É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo mediante concurso público, emprego ou função."

Assim, não há fundamento legal que ampare a pretensão do Vereador Olinto de Rossi, no sentido de cassar o mandato / do Vereador Carlos José Perizzolo, sob esse fundamento legal.

b) Seu sócio de escritório jurídico e estar advogando em causas em / que estão presentes interesses do poder municipal, inclusive ações executivas fiscais, para a cobrança de impostos municipais pela / via judicial ou amigável.



Abundante a legislação invocada, e pode até / ser que o requerente tenha razão em sua argumentação. Há, porém, / um princípio básico de todo o processo, sem o que desapareceria a / possibilidade do consagrado contraditório: a prova.

E o ônus da prova incumbe a quem alega.

Examinando-se a documentação atinente e pretensamente comprobatória da alegação, percebe-se:

a) O documento 1. é procuração, formulário e im-
pressa, na qual são concedidos poderes, pe-
lo Município, a três advogados, dentre os quais o Vereador Carlos /
José Perizzolo, com o objetivo de atuar, como litisconsorte, em a-
ção possessória;

b) O documento 2., é procuração outorgada pelo
município a dois Bacharéis em Direito, onde
não se lê o nome do Vereador Perizzolo;

c) O documento 3. é procuração outorgada há /
quase CINCO ANOS, por pessoa física a procu-
radores judiciais, dentre os quais o Dr. Perizzolo, sem qualquer a-
lusão ao Município.

Nada mais está presente, nos autos, com rela-
ção à circunstância alegada.

Orá, não há qualquer prova de que o Vereador /
Carlos José Perizzolo haja:

"desde a expedição do diploma,
firmado ou mantido contrato com pessoa de di-
reito público, etc., na forma do art.34 da /
Constituição Federal, Item I," , ou

"desde a posse:

Patrocinado causa em que seja interessada qual-
quer das entidades a que se refere a alínea "a"
do Item I; "

Consequentemente, não há prova - concludente, /
consistente e necessária, de que o Vereador CARLOS JOSÉ PERIZZOLO ha-
ja, por seus atos, incidido nos impedimentos para o exercício do can-
go, procedido de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou abu-
sado das prerrogativas asseguradas aos congressistas ou, ainda, haja /
percebido, no exercício do mandato, vantagens ilícitas ou imorais.

Não podemos nós, Vereadores, sob pena de afron-
tarmos a consciência jurídica nacional, aceitar o requerido - medida
de suma gravidade e de resultados tão drásticos - se não concedermos,
ao menos, indícios de provas de que os atos tidos por ilegais /



tenham sido praticados.

As procurações juntadas nada provam, a não ser que alguém lhes outorgou procuração. O que pode ter sido feito à sua revelia. Especialmente por que os poderes foram dados em formulário impresso, comum, com poderes de agir em conjunto ou separadamente.

E isso nada significa, sem que haja a aceitação do mandatário, firmada de modo inequívoco. Por que, "contrariu sensu", muito fácil seria ao Município constituir, por instrumento público, ao próprio Vereador Requerente como seu procurador, e depois propor-se a cassação do mandato dele sob o argumento da existência do Instrumento.

Com muita lucidez explana "De Plácido e Silva Vocabulário Jurídico - Forense - J.P. - L.975":

"Há inicialmente, na formação do contrato, a presença de duas pessoas: o mandante, que dá os poderes, e o mandatário, que os recebe e se obriga a cumprir o encargo recebido. Mas, antes que seja aceito pelo mandatário, o mandato não se revela um contrato perfeito. Somente a aceitação do mandatário fixa e a perfeição o contrato, para formá-lo jurídica mente."

Ao impetrante e requerente, homem de cultura / jurídica, desnecessária seria toda essa explanação, o que se faz em respeito ao Plenário.

Assim, por não haver qualquer contrariedade ao texto legal quanto à ocupação do cargo de Diretor da Vinosul e ao e xercício do mandato de Vereador, e face não existir prova - no processo - de que o mesmo detentor da Vereança haja praticado qualquer ato dos que se menciona por ilícito, deve este processo ser encaminhado ao único destino que merece: o arquivo.

O que não impedirá que o requerente, quando ob tiver provas reais, cabais, suficientes e convincentes do que afirma, retorne a Plenário. Para que seu pedido seja, mais uma vez, ana lisado com o cuidado e imparcialidade que merece.

Assim, pelo arquivamento do feito, no estado em



que se encontra, eis que inexistente a possibilidade de retornar ao requerente para aditar as provas que, eventualmente, possuir.

Bento Gonçalves, 12 de Jan de 1.978

Snider & Forstell

W. G. B. J.

[Handwritten signature]

Page 1117. Diacoma cell.

Sumo Sept 10 1884

[Signature]

Sergio Galotto

Donnerstag

APROVADO:

P/

SALA FERNANDO FERRARI — EM

Presidente

7 Fotos M.D.B.

A prova de o

ARQUIVAMENTO

PARECER DA BANCADA DO M D B

36/40
maio

Em vista da entrega do processo nº 40/78 od duhscritos
acham procedente este pedido feito pelo Vereador Olinto
de Rossi, que pede a extinção e cassação do Mandato do
Vereador Carlos José Perizzolo, é de parecer que o
mesmo tenha continuidade em vista do que consta no
processo e pelas provas anexas.

Sala Fernando Ferrari, 1-6-78

Nelto Scantini
Adalberto Moraes
José Fernando
Nicolau Perizzolo
Antonio Costa
Rogério Betinelli

Parecer Rejeitado
Em 01/09/1978

Vereador CARLOS JOSÉ PERIZZOL
Presidente da Câmara



do conhecimento do Sr. Presidente

Bento Gonçalves 2.06.78

maqui.

Sr. Diretor Geral:

Fornecer e como
regua.

Em 6/6/78.

Presidente.

Recibo

Recebi nesta data fotocópia dos
pareceres constantes folhas 31, 32, 33, 34, 35 e 36
Bento Gonçalves, 06/06/78

[Assinatura]